

Planalto espera autoconvocação

Marcos Magalhães

Confiante na aprovação do ajuste fiscal, o Palácio do Planalto nem convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para aprovar o projeto — iniciativa que ficará por conta dos próprios parlamentares — nem está preparando a edição de uma medida provisória capaz de colocar em vigor as novas regras tributárias ainda neste mês, para que possam vigorar em 1992.

“Não conheço nenhuma minuta de medida provisória sobre o ajuste fiscal”, afirmou ontem ao **Jornal de Brasília** o consultor-geral da República, Célio Silva. “Se ela existisse e tivesse de se transformar em uma medida provisória de fato ainda neste ano, certamente já teria chegado às minhas mãos”, assegurou o consultor.

A edição de uma medida provisória, porém, foi insistentemente comentada por deputados e senadores durante o final de semana, em que se procurou chegar a um acordo para a votação tanto do próprio ajuste fiscal como do projeto que garante a rolagem das dívidas estaduais.

A medida seria a resposta do governo a um impasse criado pela obstrução das votações, imposta pelo PSDB e pelo PT. Os dois partidos mantiveram-se todo o tempo contrários ao acordo firmado entre o PMDB e o governo, que condicionava a aprovação do ajuste fiscal — para o qual existe consenso — à votação prévia da rolagem das dívidas estaduais.

A permanência da paralisação dos trabalhos no Congresso poderia então frustrar os esforços do Poder Executivo para equilibrar as contas públicas em 1992, através do ajuste, que precisa ser aprovado em 1991. Mesmo assim, o governo preferiu apostar em um entendimento.

O próprio presidente Fernando Collor afastou, durante entrevista coletiva concedida ontem pela manhã, a possibilidade de convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, como forma de dar mais tempo à apreciação dos projetos de mudanças tributárias e de rolagem das dívidas. À tarde, o presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), anunciou que o Congresso faria uma autoconvocação para continuar a apreciar os dois temas e o Orçamento da União para 1992.